



7 • Correio Braziliense — Brasília, segunda-feira, 27 de maio de 2024

Bolsas Na sexta-feira	Pontuação B3 Ibovespa nos últimos dias	Dólar Na sexta-feira	Salário mínimo R\$ 1.412	Euro Comercial, venda na sexta-feira	CDI Ao ano	CDB Prefixado 30 dias (ao ano)	Inflação IPCA do IBGE (em %)
0,34% São Paulo	127.411 21/5 22/5 23/5 24/5	R\$ 5,167 (+ 0,27%)	Últimos 20/maio 5,104 21/maio 5,116 22/maio 5,156 23/maio 5,154	R\$ 5,607	10,40%	10,39%	Dezembro/2023 0,56 Janeiro/2024 0,42 Fevereiro/2024 0,83 Março/2024 0,16 Abril/2024 0,38

ENERGIA / Custo da eletricidade pesa para pequenas indústrias e comércios do país, que pagam uma das contas mais caras do mundo. Atualmente, apenas empresas de média e alta tensão podem escolher seus fornecedores

Janela aberta ao mercado livre

» RAFAELA GONÇALVES

Com o vencimento de mais de 10 GW (gigawatts) em contratos de energia, até 2028, no mercado regulado, comercializadoras veem uma janela para a abertura do mercado de energia para indústrias e comércios do país até 2026. Atualmente, apenas consumidores do grupo A, que engloba empresas de média e alta tensão, têm a liberdade de escolher seus fornecedores de eletricidade.

Um estudo realizado pela consultoria Volt Robotics, junto à Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia (Abraceel), projetou que a medida tem potencial de beneficiar mais de 6,4 milhões de consumidores do mercado cativo, com economia anual estimada de R\$ 17,8 bilhões na conta de energia elétrica, caso seja feita a migração para o mercado livre.

No segmento industrial, o levantamento

revelou que a migração poderia resultar em uma economia anual de R\$ 4,2 bilhões, além de mais de 91 mil novos empregos em todo o país. Já no segmento comercial, a migração poderia gerar uma economia anual de R\$ 13,5 bilhões e até 290 mil novos postos de trabalho.

O custo da energia é um peso para as pequenas indústrias e comércios brasileiros, que contam com uma das contas de luz mais caras do mundo. Ao ter a possibilidade de escolher o fornecedor no mercado livre, o consumidor poderá arbitrar entre o que for mais barato: manter a compra da energia subsidiada ou migrar para um contrato com preço ainda menor no mercado livre.

Segundo o diretor-geral da Volt Robotics, Donato Filho, a expansão do mercado livre de energia será impulsionada neste momento pela possibilidade de redução de custos para os consumidores, o que deve liberar



Esse movimento é só o começo. Ao entender melhor as necessidades e os comportamentos dos consumidores, ofertas praticamente personalizadas começarão a ser realizadas."

Donato Filho,
diretor-geral da Volt Robotics

Fré Sonneveld/Unsplash



Consumidor continuará pagando pelas linhas de transmissão, mas poderá negociar um preço mais vantajoso para a energia

recursos para aumentar investimentos em seus próprios negócios. "Esse movimento é só o começo. Na sequência, ao entender melhor as necessidades e os comportamentos dos consumidores, ofertas praticamente personalizadas começarão a ser realizadas, agregando serviços e melhorando muito a qualidade percebida", destacou.

Economia

Dados da Trinity Energias Renováveis, gestora que atua no mercado livre de energia, mostraram uma economia de aproximadamente 20% no valor da conta de luz, na comparação feita entre o consumidor cativo e o livre, durante os anos de 2016 a 2021. "Para acelerar esses benefícios é muito importante a democratização do acesso aos dados dos consumidores, sempre com suas aprovações e consentimentos. Esses dados devem ter qualidade para que o mercado possa realizar as melhores ofertas disponíveis", emendou.

Para o presidente-executivo da Abraceel, Rodrigo Ferreira, essa é uma "janela de oportunidade única" para facilitar a migração dos consumidores industriais e comerciais para o mercado livre, sem sobrecarregar o sistema de distribuição. "É um passo fundamental para dar um 'choque de energia barata' no setor produtivo nacional, em especial para micro, pequenos e médios negócios que, segundo o Sebrae, são responsáveis pela geração de mais de 80% dos novos empregos no Brasil, ano após ano, indicando depois o passo seguinte, que é entender os benefícios do mercado livre para todos os consumidores brasileiros de energia, incluindo os residenciais e rurais", explicou.

Ferreira afirmou que o mercado está pronto para essa discussão. "É importante instituir um cronograma para dar previsibilidade aos órgãos públicos e ao mercado, de forma que todos se preparem com o que é preciso fazer para criar um ambiente com ampla concorrência que entregue

benefícios aos consumidores", disse.

Diante do aumento da competitividade para o fornecimento da eletricidade com o mercado livre, o professor de engenharia elétrica da Universidade de Brasília (UnB) Ivan Camargo alertou que é preciso ter cautela. "Precisamos aumentar a competição e aumentar a quantidade de consumidores livres. Mas o maior cuidado que precisamos ter é não repassar outros custos para os consumidores cativos, que são aqueles que ainda não têm a opção de escolher seu próprio fornecedor de energia", afirmou.

Segundo Camargo, no longo prazo, o mercado de energia deve ser similar ao mercado de telefonia. "Evidentemente o fio, as linhas de transmissão e as linhas de distribuição são monopolistas. Eu tenho que pagar aquela emissora, distribuidora e pagar pelo fio. Mas é possível negociar a energia, eu posso comprar da usina A, B ou C e é esse passo que estamos dando no sentido da competição de empresas geradoras", ressaltou o engenheiro.

CB DEBATE

Comércio ilegal de bebidas alcoólicas se consolida no Brasil

» FERNANDA STRICKLAND
» RAFAELA GONÇALVES

Faturando bilhões de reais todos os anos, o comércio ilegal de bebidas alcoólicas detém uma fatia alarmante do mercado. É o que mostram os últimos dados da Euromonitor International, que completam uma série histórica de seis anos, provando que esse movimento ainda tem muita força no país e tem se organizado para continuar atuante.

O estudo Mercado Ilegal de Alcool no Brasil mostra que as perdas diretas causadas pela ilegalidade — evasão fiscal, produção sem registro, contrabando e falsificação — alcançaram a cifra de R\$ 56,9 bilhões em 2023.

Segundo a pesquisa, no intervalo entre 2017 e 2023 esse mercado cresceu 224% em valores nominais. No primeiro levantamento, realizado há seis anos, esse montante era de R\$ 17,6 bilhões. O estudo dá a dimensão do tamanho do rombo aos cofres públicos com a perda de arrecadação: R\$ 28,2 bilhões em 2023, alta de 176% com relação ao observado em 2017, quando o montante foi de R\$ 10,2 bilhões.

Além do reflexo evidente na arrecadação, o mercado ilegal de bebidas alcoólicas está mais profissionalizado. Nos últimos anos, houve indícios da entrada do crime organizado na operação dessas ilicitudes, principalmente em relação à falsificação e ao contrabando de bebidas alcoólicas, exigindo um grande esforço

DiamondRehab Thailand/ Unsplash



Mercado ilegal de álcool causou prejuízos de R\$ 56,9 bilhões em 2023. Destilados concentram grande parte da perda fiscal no país

dos parcos recursos de segurança pública no seu enfrentamento.

Essa resiliência dos atores do mercado ilegal é fruto de diversos fatores. Entre eles, destacam-se o cenário de altos impostos, consumidores que guiam a

decisão de compra com base em preços baixos, fragmentação dos canais de venda a partir do crescimento do comércio eletrônico e a penetração de organizações criminosas na produção, distribuição e comercialização das bebidas ilegais.

Simplificação

José Eduardo Cidade, presidente da Associação Brasileira de Bebidas Destiladas (ABBD), afirma que um sistema tributário simplificado

atacaria uma das principais raízes da ilegalidade, principalmente em destilados, que concentram grande parte da perda fiscal do país. No entanto, ele alerta para as possíveis distorções ainda maiores que o imposto seletivo pode acarretar, caso não tenha uma carga fiscal justa para toda a indústria, respeitando a capacidade produtiva e a isonomia de tratamento entre produtos e serviços similares.

"A alta carga tributária sobre os destilados, que hoje são penalizados, enquanto outras bebidas têm tratamento privilegiado, acaba tendo um grande efeito colateral: ajuda a fomentar o comércio ilícito. O consumidor brasileiro é sensível a preço. Então, não adianta sobretaxar uma bebida sem educar o consumidor e conscientizar a população", explica Eduardo Cidade.

Evento

Para debater o imposto seletivo e seus impactos, o **Correio Braziliense** promoverá, em 11 de junho, o evento **Bebidas Alcoólicas: Segurança Jurídica no Imposto Seletivo**. Sob o formato de **CB Debate**, autoridades governamentais, legisladores e especialistas discutirão como o imposto seletivo pode ser um eixo determinante na explosão ou recuo do mercado ilegal de destilados.